

500 Anos de História Militar Luso-Brasileira

Luiz Paulo Macedo Carvalho*

Alocução de abertura do Simpósio (1ª Fase), em 4 de setembro de 2000, no Auditório General Professor Jonas Correia, da Bibliotheca do Exército, no Rio de Janeiro.

Celebrar é repensar. As celebrações dos 500 Anos de Descobrimento do Brasil só terão real significado se envolverem reavaliações da trajetória histórica percorrida ao longo desse período. Somente o domínio do já vivido nos leva ao autoconhecimento e a assumirmos o que *somos, podemos fazer e para onde vamos*.

Embora não seja uma nação militarista, o Brasil nasceu sob o signo da cruz e da espada.

Cabral aqui aportou com uma esquadra que trazia o efetivo total aproximado de setecentos soldados – recrutados à força, sem formação militar –, incluída a sua guarda pessoal estimada em um pelotão de sete *besteiros*, mas só permaneceram nas terras achadas cinco grumetes desertores e dois degredados, segundo os cronistas da época.

Por três décadas após a viagem de Cabral os portugueses desprezaram a Terra de Santa Cruz, deixando-a abandonada até as

incursões de corsários ingleses e franceses, traficantes de pau-brasil no nosso litoral. Assim mesmo, a expedição de Martim Afonso de Sousa, nos idos de 1530, simplesmente tinha por objetivo reconhecer o Rio da Prata em busca de metais preciosos, e o Rio Amazonas; afugentar os intrusos estrangeiros e estabelecer umas poucas feitorias na costa. Não possuía qualquer expressão militar.

Meio século se passara da chegada dos portugueses ao Brasil quando, diante do fracasso das donatarias e da crescente ameaça dos franceses, D. João III decretou a criação do Governo-Geral, assumindo o pesado ônus da ocupação e defesa da Colônia. Tomé de Souza desembarcou na Bahia acompanhado apenas de seiscentos soldados. Isso não impediu que os franceses, liderados por Villegaignon, permanecessem 12 anos no Rio de Janeiro, a partir de 1555, e só fossem expulsos com reforços trazidos por Estácio de Sá.

* Coronel. Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

As ordenações afonsinas e sebásticas, alicerçadas nas *bandeiras*, *companhias* ou *ordenanças*, constituindo o *terço* (terça parte de um regimento) foram a organização militar que os primeiros colonizadores trouxeram para o Brasil.

Surgiram as *entradas* e *bandeiras*, estas últimas organizadas segundo modelo militar, principalmente pelos paulistas, ignorando o malfadado e nunca cumprido Tratado de Tordesilhas, graças à imprecisão de seus limites por mais de duzentos e cinquenta anos a contar do nosso descobrimento. Começara, desta forma, a expansão territorial.

As invasões holandesas surpreenderam a Colônia completamente indefesa, com oitenta soldados guarnecendo o Presídio de Salvador e um efetivo um pouco menor em Pernambuco. A incapacidade portuguesa de manter a Colônia levou à cogitação da venda do território ocupado pelos holandeses. Só a resistência dos luso-brasileiros ao invasor na Guerra Brasília fez com que a metrópole esgotada reunisse meios e se dispusesse a preservar a integridade territorial da Colônia. As vitórias obtidas em Salvador e nos Montes Guararapes, afora o significado das páginas heróicas escritas de nossa história, tiveram o grande mérito de despertar a consciência portuguesa para a necessidade de defender as terras brasileiras.

Em 1750, o Tratado de Madri – um marco de nossa história diplomática e militar – valeu-se das fortificações edificadas pelos portugueses no Brasil, desde o Forte de Macapá até o Forte Jesus Maria José, no Rio Pardo, para delinear o contorno do Brasil com base na ocupação real do território – o *uti possidetis*, o direito da “posse pelo uso”.

A invulgar e incômoda Guerra Guaranítica, de 1754 a 1756, foi um choque de civilizações, tendo por contendores, de um lado, dois tradicionais inimigos – espanhóis e portugueses –, aliados com interesses divergentes no Prata, e do outro, os indígenas, que redundou na troca da Colônia do Sacramento pelo Território das Missões.

A extinção do Estado do Maranhão e a elevação do Brasil a Vice-Reino ensejaram a reorganização militar pombalina, traduzida nas medidas adotadas pelo inglês de origem prussiana Conde de Lippe, que trouxe ao Rio de Janeiro o Tenente-General Heinrich Böhm e os regimentos de Moura, Bragança, Estremoz e Elvas, para a defesa da cidade. Vale ressaltar, também, nessa ocasião, em face dos sucessos alcançados no Prata, a atuação do Conde de Bobadela, Gomes Freire de Andrade, criando a Casa do Trem (1763), sem dúvida o embrião do futuro Exército nacional. É também desse tempo a criação da Companhia de Cavalaria de Guarda dos Vice-Reis, que daria origem ao atual Regimento dos Dragões da Independência, e da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, pelo Conde de Resende, de onde provém o nome da cidade que acolheu a Academia Militar das Agulhas Negras.

Outro marco na evolução militar do Brasil é encontrado na figura do Príncipe Regente e depois D. João VI, em consequência da trasladação da Corte de Portugal para o Rio de Janeiro e a elevação do Estado do Brasil à categoria de Reino-Unido a Portugal e Algarve, podendo-se afirmar que, com seu autêntico braço direito e primeiro Ministro da Guerra do Brasil – D. Rodrigo de



O Presidente do IGHMB proferindo a alocação de abertura do simpósio, no auditório da Bibliotheca do Exército.

Souza Coutinho, Conde de Linhares –, determinou uma série de medidas para estruturação da nossa força terrestre e a decisiva expansão geográfica máxima atingida na colônia. Dava, assim, forma a um Exército regular, de caráter nacional, que iria apoiar o processo de independência política do Brasil, já emancipado economicamente.

As lutas pela consolidação da Independência exigiram a abertura de voluntariado e a contratação de mercenários estrangeiros, por não dispor ainda o país de força militar capaz de garantir a sua defesa. Apesar dos esforços de D. Pedro I para as tropas de terra serem constituídas, predominantemente, por brasileiros natos, e da reorganização decorrente da entrada em vigor da Constituição de 1824, o Exército não se apresentava bem organizado. Em 1828, na Câmara, um deputado já afirmava: “O

Exército e a Armada são as bocas que devoram ilegalmente, todos os anos, os recursos da Nação.” Os liberais e extremistas opunham-se à existência de uma força militar profissional nacional. À míngua de apoio político e poder militar, acabou o Império perdendo a Cisplatina, incorporada denodadamente por D. João.

Caracteriza-se o período das regências por indisfarçável redução das forças militares, a pretexto de economia, como sempre. O efetivo é reduzido, sustam-se as promoções e congelam-se os vencimentos dos militares. Erradicam-se os estrangeiros das fileiras do Exército e burla-se o serviço militar mediante o pagamento de taxa de 400 réis ou apresentação de escravos como substitutos.

As revoltas de 1842, em São Paulo e Minas Gerais, além da Revolução Farrou-

pilha, reclamaram a ação firme e conciliadora de Caxias.

As questões platinas em que se envolveu o Império nada mais foram do que herança dos tempos coloniais e de ser vital para o Brasil a via fluvial que conduzia a Mato Grosso, considerando a inexistência e precariedade das comunicações terrestres. Não era de interesse do Governo brasileiro a tentativa de reconstituição do Vice-Reinado do Prata, que desestabilizava o Cone Sul. Viu-se, assim, o Exército, na contingência de fazer a guerra não contra os povos vizinhos, mas para eliminar a ameaça dos tiranos.

A nação, despreparada para a guerra, foi levada aos campos de batalha contra López, sangrando ainda dos embates anteriores com os caudilhos dos Pampas, tendo de se valer da Guarda Nacional e dos corpos de voluntários. Avultam as figuras de Barroso, Tamandaré, Osório e do Marquês de Caxias, considerado por Sir Richard Burton, em *Cartas dos Campos de Batalha do Paraguai*, como o “Wellington da América do Sul” e um “excelente organizador”. Embora cobertas de louros após ingentes sacrifícios, as Armas nacionais saíram da Guerra da Tríplice Aliança fortalecidas moral e numericamente e orgulhosas de haver cumprido com a sua missão de assegurar a integridade e a soberania da Nação, mas logo as questões de defesa mergulharam no esquecimento.

As intervenções no Prata e a Guerra da Tríplice Aliança provaram a necessidade de dispormos de poder dissuasório consubstanciado em forças compatíveis com a estatura da nação, em termos de valor,

equipamento, preparo profissional e mais democráticas.

O organismo social e político doente e as teorias positivistas minaram a juventude fardada, inoculando o germe do republicanism e a contradição da necessidade de uma ditadura, bem como da inutilidade das Forças Armadas. Nesse quadro desolador, agravado pela abolição da escravatura, pelas crises políticas e pela insensibilidade do Imperador, foi proclamada a República, com o apoio dos militares e a frieza da massa.

Fervilhavam as paixões políticas. Eclodiu a Revolução Federalista no Sul e a Revolta da Armada no Rio de Janeiro, forçando a intervenção do Exército combalido para consolidar a República.

Os desastres das expedições militares e o lamentável desfecho do episódio de Canudos, a despeito do Exército haver restabelecido a ordem pública no cumprimento de sua missão constitucional por ordem das autoridades legais, decorreram da estagnação em que se achava, por negligência do Governo, ao retornar dos campos de batalha do Paraguai exaurido. As lições de Canudos, porém, em fins do século XIX, promoveram um surto renovador no Ministério da Guerra, durante a gestão do Marechal João Nepomuceno de Medeiros Mallet, sendo criado o Estado-Maior Geral do Exército em 1896, reestruturada a força terrestre e reformulado o ensino militar.

As primeiras décadas da República caracterizaram-se por choques armados internos e externos, culminando na Campanha do Contestado e na Questão Acreana, que incorporou 152 mil quilômetros quadrados de terras ao Brasil.

A Guerra da Tríplice Aliança e as lutas intestinas evidenciaram a necessidade de ligações e comunicações para a integração nacional. A presença do Exército espalhado pelo interior do país facilitou a obra de Rondon na integração telegráfica, nos levantamentos geográficos, demarcações das fronteiras, confecção de cartas, bem como no desbravamento e integração dos silvícolas. A esses trabalhos seguiram-se os de construção das primeiras ferrovias e rodovias nacionais.

Em meio a esse clima, despontou, no começo do século XX, o vulto do General Hermes da Fonseca, que deu impulso à reforma militar naval e terrestre no País. Muito concorreu para o êxito da administração Hermes da Fonseca a política exterior desenvolvida pelo Barão do Rio Branco, arriada em um Exército profissional e apto para a guerra, que respaldou a demarcação de nossas fronteiras com a Argentina, Bolívia, Colômbia, Peru, Uruguai e Venezuela. Deve-se ao General Hermes a realização das primeiras grandes manobras militares do curato de Santa Cruz, a construção da Vila Militar, a criação dos campos de instrução de Gericinó e de Santa Cruz, a instalação da Fábrica de Pólvora sem Fumaça de Piquete, a reorganização do Exército em três categorias, a organização das brigadas estratégicas, a aquisição de fuzis *Mauser* e de canhões *Krupp* modelo 1908, espadas e lanças *Ehrhardt*, o reaparelhamento da artilharia de costa, a construção do Forte de Copacabana, a instituição do serviço militar obrigatório, a criação dos Colégios Militares de Porto Alegre e de Barbacena, além da Escola de Aviação do Exército e de *A Defesa*

Nacional, bem como a introdução da ferramenta de sapa no equipamento do soldado e a designação de oficiais para estagiar no Exército do Kaiser, que viriam a ficar conhecidos como os “jovens turcos”. Entregou ao tráfego mais de 4.500 quilômetros de ferrovias. Ampliou o número de colônias militares e instalou as companhias regionais de fronteira na Amazônia.

O enfraquecimento do poder militar brasileiro é responsável pela participação modesta que teve na Primeira Guerra Mundial, restrita a uns poucos aviadores que prestaram serviços na *RAF* e na aviação francesa, bem como alguns oficiais integrados a regimentos da França e de um pequeno grupo de médicos e praças no Hospital Brasileiro de Paris, a Divisão Naval em Operações de Guerra.

A falência do sistema político-administrativo nacional, acentuada pelas oligarquias vinculadas a interesses econômicos, reacendeu o espírito positivista de salvacionismo do País nos quartéis do Exército. Contaminados os jovens militares idealistas por essas idéias – cristalizadas no “tenentismo” – foi a política reintroduzida nos círculos militares, com o incentivo de alguns civis.

Insatisfeitos os tenentes com o rumo dos acontecimentos socioeconômico-políticos e estimulados por um grupo de jovens instrutores simpatizantes do movimento renovador nacional – a Missão Indígena – ocorreu a Revolta da Escola Militar do Realengo e do Forte de Copacabana. Sucederam-se a Revolta de 1924 em São Paulo e outras no Nordeste e no Rio Grande do Sul, desaguando na epopéia da Coluna Miguel Costa-Prestes, que dividiu e debilitou, mais ainda, o Exército.

As alterações verificadas na doutrina militar e no material bélico ao término da Primeira Guerra Mundial provocaram a contratação da Missão Militar Francesa, que modernizou o Exército e proporcionou inegáveis benefícios profissionais ao ensino militar, mas preparou-o para a guerra que passara e não para a que se esboçava.

A Era Vargas, se, por um lado, unificou o País, introduziu avanços político-sociais e fortaleceu o poder militar, por outro, comprometeu-o pela implantação do Estado Novo e a introdução do vírus político-ideológico na caserna. O próprio chefe militar da Revolução de 1930, Góes Monteiro, viria a reconhecer a necessidade de se banir a política do Exército e traçar uma política para o Exército. Sobrevieram a Revolução Constitucionalista de 1932, a Intentona Comunista de 1935 e o *Putsch* Integralista de 1938, permanecendo as Forças Armadas leais ao Governo e servindo de fiel da balança do poder.

Constituem marcos dessa época a construção da Academia Militar das Agulhas Negras, o surgimento da Escola Preparatória de Cadetes e da Escola Técnica do Exército, a edificação do Palácio da Guerra (atual Palácio Duque de Caxias) e dos prédios da Escola de Comando e Estado-Maior e do Instituto Militar de Engenharia. A Segunda Guerra Mundial colheu a nação sem condições para empreendê-la. A nação continuava despreocupada com os problemas de defesa, concentrando-se apenas na hipótese de conflito na fronteira sul. Não se possuía material bélico moderno, os efetivos militares eram limitados e não havia planos de mobilização. A defesa do litoral, particularmente do estratégico saliente do

Nordeste, apresentava-se por demais vulnerável. Tal quadro desolador quase nos submeteu à humilhante situação de assistir, impassíveis, o desembarque de tropas norte-americanas nos pontos chaves de defesa do saliente nordestino. Vale ressaltar, nesse transe, a ação decisiva do General Góes Monteiro que, por meio de hábeis manobras, desencadeou em curto prazo um plano de emergência para um arremedo de defesa do Nordeste.

A organização da FEB, com efetivo inicial previsto de três divisões, não se concretizou por inexistência de recursos humanos e materiais.

À custa de pesados sacrifícios, as Forças Armadas, uma vez mais, superaram o desafio imposto e cobriram-se de glórias nos campos de batalha e nos céus da Itália, bem como nas águas do Atlântico Sul, sem, contudo, auferirem os dividendos da paz para a Nação. Em que pese a sua criminoso desmobilização prematura por razões políticas, geradora de problemas insolúveis até o presente, a FEB exerceu um importante papel reformulador no tocante aos temas de defesa e na mudança para o regime democrático.

Sucumbindo às tentações das conhecidas vivandeiras em 1955 e 1961, voltou o Exército a se deixar envolver por inconfessáveis apetites políticos, dividiu-se e padeceu por tais experiências infortunadas.

Em decorrência da Guerra Fria, inesperadamente, não restou alternativa à nação senão reprimir as ações de guerrilha urbana e rural, de natureza castrista e maoísta, sofrendo na carne as conseqüências do seu despreparo. Mediante inaudito esforço, grande improvisação e elevado preço impediu a

comunização do País, que podia arrastar com ele o resto da América do Sul, conforme previa o Presidente Richard Nixon. Controlada a situação, restabelecida a ordem e alçada a economia nacional ao 8º lugar no mundo, as Forças Armadas tornaram-se novamente fiadoras da democracia e receberam como prêmio a ingratidão da sociedade.

Aprendendo por experiência própria, afinal foram lançadas as bases de uma doutrina militar brasileira. Chegou-se a esboçar a libertação da dependência externa com o florescimento de uma indústria bélica nacional. Avançamos bem com o projeto nuclear e recuamos sem tirar proveito político internacional. Procuramos ocupar e integrar a Amazônia por meio do Projeto Calha Norte, depois negligenciado. Vimos colaborando com os organismos internacionais participando de operações de paz pelo mundo afora, desde o envio do primeiro contingente do Batalhão Suez em 1957, sem considerarmos previamente os apregoados interesses vitais do Brasil e correndo o risco de nos transformarmos em *gendarmes* a serviço das grandes potências.

A Segunda Guerra Mundial ditou a criação do Estado-Maior Geral em 1946, dois anos mais tarde transformado no EMFA, com a finalidade de planejar a organização e emprego das Forças Armadas na defesa do País

Afinal, acabamos de assistir à criação do Ministério da Defesa, depois de em mais de metade de um século termos perdido boas oportunidades de elaborar uma efetiva e eficaz política de defesa. Esperamos que o Ministério da Defesa proporcione a ansiada integração das forças militares, traga economia, garanta unidade de coman-

do, conduza à modernidade, à racionalidade e, sobretudo, à operacionalidade para otimizar o sistema de defesa da Nação.

Eis nossas realizações e malogros. Qualquer balanço sobre o passado não pode ser exclusivamente otimista ou pessimista. Apesar dos pesares, a nossa identidade nacional, a unidade territorial e lingüística foram mantidas ao longo desses quinhentos anos. Não devemos nos envergonhar de nossas origens, nem ridicularizar a figura histórica daqueles a quem muito se deve, recorda Fernando Pessoa ao dizer que “pesa neles o passado e o futuro, dorme neles o presente”.

A nação brasileira tem dado sobejas provas de que não somos militaristas nem alimentamos sonhos imperialistas. Desejamos, porém, uma Nação menos vulnerável, que leve mais a sério o problema da defesa. Há que se preservar o legado precioso transmitido pelos nossos antepassados, mantendo a nossa soberania, identidade nacional e integridade territorial.

A defesa não pode desconsiderar as raízes da própria Nação, nem deixar de estar em sintonia com o verdadeiro sentir, as aspirações e os valores do seu povo. Numa sociedade livre, se os valores da nacionalidade forem confundidos, muito provavelmente a estratégia de defesa será deturpada. O espírito de defesa, apesar de influenciado por diversas vertentes da realidade internacional em constante mutação, fundamenta-se no patrimônio histórico e cultural da Nação e representa valioso elemento de identidade. É função do *dever*, do *poder*, do *saber* e do *querer* defesa. Esses quinhentos anos de História Militar luso-brasileira nada mais são que a própria História do Brasil.

